PROJETO DE LEI N°, DE 2023

(Do Sr. PEDRO LUCAS FERNANDES)

Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para estabelecer que, a mãe de filho com deficiência que recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), em caso de falecimento desse filho, tenha direito ao recebimento do benefício, de maneira imediata e contínua.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 20		

§ 16 A mãe de filho com deficiência que recebe o benefício financeiro de que trata o *caput* deste artigo, em caso de falecimento do filho deficiente, terá direito ao recebimento do benefício, devendo recebê-lo de maneira imediata e contínua." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste projeto de lei é possibilitar que a mãe de filho com deficiência que recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), na forma do §3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em caso de falecimento desse filho, seja beneficiária do auxílio, e possa recebê-lo de maneira imediata e contínua.

Trata-se de medida de justiça social, pois a vida da maioria dessas mães é exclusivamente dedicada aos cuidados dos filhos com deficiência, o que a impossibilita o ingresso e/ou a permanência no mercado trabalho, resultando na necessidade de receberem o referido benefício, já que não contribuem para sua aposentadoria de modo contínuo, de forma a possibilitar-lhe a aquisição do direito à aposentadoria.

Cumpre ressaltar que o presente projeto de lei foi objeto de sugestão do Deputado Estadual Neto Evangelistas do estado do Maranhão.

Convictos da relevância da matéria, contamos com o apoio dos ilustres Pares do Congresso Nacional para a rápida aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado Pedro Lucas Fernandes

DEPUTADO FEDERAL - UNIÃO/MA

